

# Prazo para negociação está acabando

Armando Ourique

Washington — As negociações sobre a dívida externa do Brasil se intensificarão esta semana. "Segunda e terça-feira deverão ser dramáticas", segundo um funcionário do Departamento do Tesouro dos EUA. Mas, segundo as expectativas predominantes, os bancos internacionais deverão, afinal, comprometer recursos suficientes, até meados da semana, para diretoria do FMI aprovar o novo programa econômico brasileiro, na sexta-feira. Para que os bancos não tenham prejuízo em 83, uma solução deverá ser encontrada até 31 de dezembro.

Na semana passada já haviam mais de 4 bilhões de dólares garantidos do total de 6,5 bilhões de novos créditos privados que o Governo e o FMI dizem que o Brasil precisa receber, até dezembro de 1984, para possibilitar à economia um novo equilíbrio. Esses 4 bilhões de dólares terão de chegar a 5,2 ou 5,6 bilhões de dólares, para o FMI tomar suas deliberações na sexta-feira.

## De Larosiére determinado

O diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiére, o presidente do comitê diretor de bancos, William Rhodes, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, o presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, e dezenas de outros buscarão persuadir centenas de bancos a comprometerem mais 1,2 a 1,6 bilhões de dólares para o pacote brasileiro.

Devido ao bom ritmo de resposta dos banqueiros na semana passada — após a aprovação pelo Congresso da nova lei salarial — espera-se que esses recursos serão comprometidos a tempo para a reunião na terça-feira, em que William Rhodes formalmente apresentará sua listagem de respostas ao pacote para Jacques de Larosiére. Este, até o dia seguinte, quarta-feira, terá que decidir sobre a realização da reunião do Conselho Diretor na sexta-feira. Se de Larosiére ficar insatisfeito com o volume de recursos comprometidos, poderá ainda adiar a reunião para o fim do mês.

Fontes do FMI dizem, entretanto, que de Larosiére está determinado a reunir o Conselho na sexta-feira. O encontro provavelmente não transcorrerá num mar de rosas: o Conselho terá que perdoar (conceder um *waive*) qualquer novo desvio das metas brasileiras

até o mês de setembro, em rubricas como déficit fiscal e crédito interno, além de aceitar a inflação de quase 200%. O Conselho terá ainda que concordar com a 2.065. Nessa reunião, segundo fontes em Washington, o FMI poderá solicitar do Brasil algumas medidas de austeridade adicionais para compensar parcialmente a amenização da política salarial pelo Congresso.

## Convencer grandes

O Conselho deverá ainda procurar alguma maneira para condicionar a aprovação do programa à exigência de conclusão pelos bancos privados do pacote de 6,5 bilhões de dólares. A partir da reunião com Rhodes na quarta-feira, de Larosiére poderá buscar um compromisso dos grandes bancos no sentido deles cobrirem qualquer diferença dos 5,2 a 5,6 bilhões de dólares para os 6,5 bilhões.

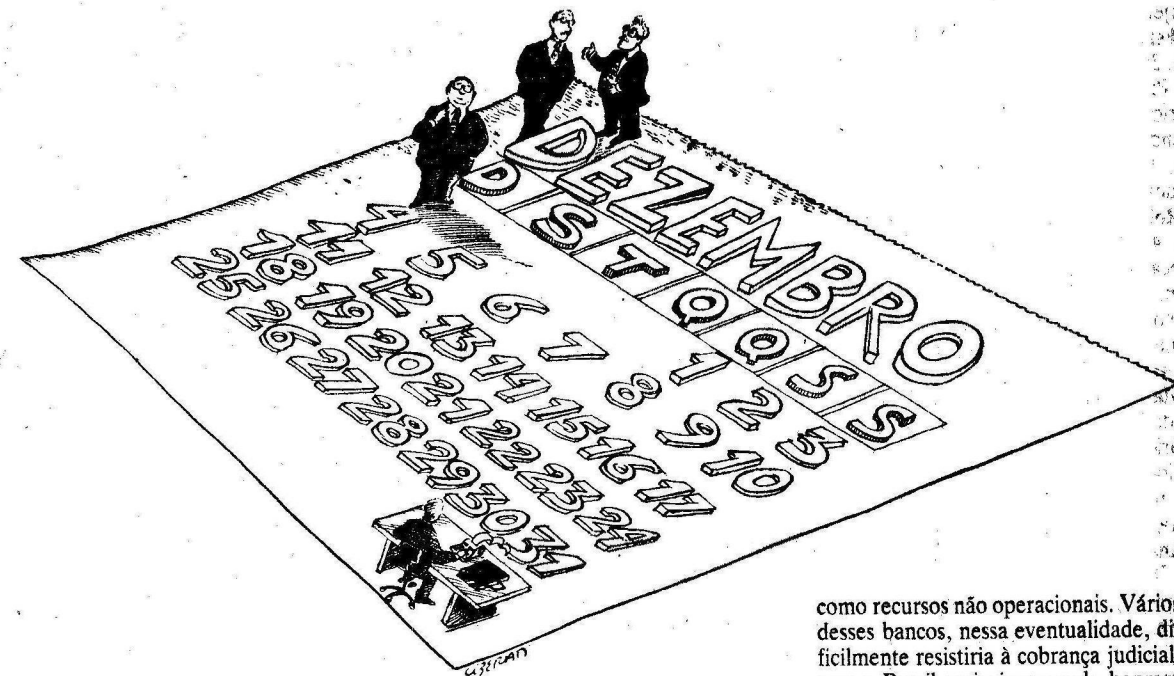
No caso de alguns bancos regionais resolverem definitivamente não participar do pacote, de Larosiére deverá chamar a atenção dos representantes dos Governos credores na sexta-feira para a possibilidade desses novos arranjos e deverá também persuadir esses representantes para a conclusão do pacote de 2,5 bilhões de dólares em garantias governamentais para créditos de exportação e para a conclusão das negociações do Clube de Paris, para reescalonamento de 2 bilhões de dólares da dívida oficial.

Se de fato o novo programa for aprovado pelo FMI nesta sexta-feira, o Brasil estará saindo do "limbo" em que se encontra desde maio passado, quando o FMI e os bancos privados suspenderam os seus empréstimos de longo prazo, devido ao não cumprimento das metas econômicas do programa do FMI para o primeiro trimestre.

## Tudo comprometido

Neste caso, ainda este mês, o Brasil receberá 1 bilhão 721 milhões de dólares dos bancos privados relativos ao projeto 1 ("jumbo" de 4,4 bilhões decidido em dezembro de 82) e 825 milhões de dólares do FMI. A grande parte desses recursos, entretanto, será automaticamente destinada ao pagamento de compromissos que o Brasil suspendeu, por falta de divisas.

Para o BIS (Banco de Acordos Internacionais) irão 794 milhões de dólares dos recursos recebidos do FMI.



Aos grandes bancos privados, o Brasil, com os recursos do projeto 1, pagará 1 bilhão 179 milhões de dólares, relativos a empréstimo de curtíssimo prazo aos bancos privados contratados no ano passado.

Em dezembro, o Brasil receberá ainda 393 milhões de dólares do FMI, mas usará 270 milhões desse total para liquidar o empréstimo-ponte do BIS. Terá ainda, em dezembro, que pagar 79 milhões de dólares de juros sobre os empréstimos do projeto 1 e 51 milhões de dólares (além de 40 milhões em novembro) sobre juros do reescalonamento da dívida de 1983.

Com todos esses obstáculos vencidos, o Governo brasileiro, o FMI e os grandes bancos terão que resolver este ano dois grandes problemas: o país estará ainda, após todos os desembolsos e pagamentos mencionados, com um déficit de caixa (basicamente traduzido em atrasos de pagamento de juros) de 3 bilhões 769 milhões de dólares em 31 de dezembro, segundo estimativas feitas pelo Banco Central, no mês passado, que precisa ser liquidado, antes do final do ano. O segundo problema seria a conclusão, a partir da semana que vem, do pacote, de 6,5 bilhões, cujos recursos, de qualquer maneira,

provavelmente só começariam a ser desembolsados no ano que vem.

## Grande tensão

Esses dois problemas precisarão ser resolvidos com os grandes bancos internacionais. Eles precisarão, conforme o Governo brasileiro já pediu, conceder um novo crédito-ponte para o país liquidar os seus atrasos de pagamentos de juros até 31 de dezembro. Além disso, conforme uma fonte em Washington, os grandes bancos em última instância provavelmente também terão que arcar com qualquer eventual diferença para se completar o pacote de 6,5 bilhões de dólares.

A solução desses problemas, principalmente do primeiro, poderá envolver situações de grande tensão até as vésperas do Ano Novo. O Governo, o FMI e os bancos estarão trabalhando sob a enorme ameaça de o Brasil ficar com quase 4 bilhões de dólares em atrasos de pagamentos de juros, quando os bancos fecharem os seus balanços, em 31 de dezembro.

Isso precisará ser evitado a qualquer custo pelo sistema financeiro internacional, porque os bancos teriam que declarar os empréstimos brasileiros

como recursos não operacionais. Vários desses bancos, nessa eventualidade, dificilmente resistiria à cobrança judicial, que o Brasil seria incapaz de honrar.

## O pior cenário

O FMI, por sua vez, estabeleceu no programa brasileiro o dia 31 de dezembro como a data-limite para o país liquidar os atrasos no pagamento de juros. Se esta condição não for cumprida, o Fundo poderá seguir o precedente da Argentina, que não cumpriu essa cláusula em agosto passado e teve o seu programa suspenso, apesar de estar cumprindo todas as demais condicionalidades.

Deixado de lado pelo FMI e respondendo a processos de bancos sem condições de atendê-los, o Brasil a partir de primeiro de janeiro dificilmente teria condições de retomar o diálogo com a comunidade financeira internacional, diálogo este que, apesar de toda a crise a partir de meados do ano passado, nunca chegou a ser rompido.

Mas as consequências deste rompimento seriam de tal forma prejudiciais à comunidade financeira internacional e para a economia brasileira que dificilmente ocorrerão. Os grandes bancos, antes disso, deverão conceder o crédito-ponte para a liquidação dos pagamentos em atraso e deverão completar o pacote de 6,5 bilhões de dólares.